

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V - Nº 979 - BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1999



Bernardo Cabral

Cabral vê descaso com a Amazônia

Senador considera "ridícula" dotação para reativar programa destinado a garantir soberania do Brasil na região.

PÁGINA 8

AGENDA

CAE

COMISSÃO EXAMINA EMISSÃO DE US\$ 3 BILHÕES EM BÔNUS

PÁGINA 3



Os senadores também continuam a discutir substitutivo à proposta que disciplina a edição de medidas provisórias

PLENÁRIO

COMBATE A DOENÇAS NO CAMPO TERÁ EMPRÉSTIMO

PÁGINA 3



DENÚNCIAS NA PB E NO DF IRÃO PARA RELATÓRIO

PÁGINA 3

SUBCOMISSÃO DO IDOSO

POLÍTICA DE REINTEGRAÇÃO É TEMA DE DEBATE HOJE

PÁGINA 2



Ministro discute hoje proposta para aposentadorias

Projeto que institui "fator previdenciário" para cálculo dos benefícios será apreciado amanhã pela CAS e CCJ

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove hoje audiência pública com o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas. Ele foi convidado para falar sobre o projeto de lei do governo federal que altera os mecanismos de contribuição previdenciária do segurado, instituindo, entre outros, o "fator previdenciário" para o cálculo dos benefícios. A proposição já foi aprovada na Câmara dos Deputados.

Com parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff, o projeto será votado amanhã na CAS e também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Ornelas fala na CAS sobre a fórmula de cálculo que o governo defende para as aposentadorias

Projeto recebe críticas no primeiro dia de debates

Ulisses Riedel (E) e Antônio Neto participam dos debates, que tiveram a participação dos senadores Osmar Dias e Heloisa Helena

A proposta do governo para o cálculo das aposentadorias recebeu críticas na primeira audiência pública para discutir o tema, realizada ontem pela CAS. Ulisses Riedel, do Departamento Intersindical de Assessoria Par-

lamentar, afirmou que, se o projeto for aprovado, "os pobres vão morrer antes da aposentadoria". O presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência, Antônio Neto, garantiu que não há déficit na Previdência.



PÁGINA 5

Idosos relatam experiências de reintegração

Subcomissão permanente realiza hoje a sua segunda audiência pública, às 11h, para saber como as instituições desenvolvem atividades e recolher sugestões para melhorar a vida de quem tem mais de 65 anos

A Subcomissão do Idoso vai ouvir hoje, às 11h, o presidente do Conselho do Idoso de São Paulo, Alfredo Morlini, e o ex-presidente do Conselho do Idoso do Rio Grande do Sul, Antônio Parissi. O objetivo da subcomissão é tomar conhecimento das atividades desenvolvidas nos estados para a reintegração de pessoas da terceira idade à sociedade.

Os depoentes deverão falar sobre a Lei nº 8.842, que define a política nacional do idoso e cria o Conselho Nacional do Idoso. Apesar de a lei ter sido promulgada em 1994, até hoje o governo federal não instalou o conselho.

Por outro lado, a maioria dos estados e boa parte dos municípios brasileiros já têm conselhos do idoso.

Os conselhos estaduais são responsáveis, entre outras iniciativas, pela promoção de atividades lúdicas, como confraternizações, e educativas, como palestras e seminários, com a finalidade de incentivar a ressocialização e melhorar a auto-estima do idoso. A aplicação da Gerontologia Social, ciência que cuida do comportamento dos idosos na comunidade e na família, também é acompanhada pelos conselhos.

Na reunião anterior, a subcomissão, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, recebeu geriatras e pretende, a partir de agora, colher propostas na área social que incentivem o crescimento da auto-estima dos idosos.

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF), presidente da subcomissão, já apresentou oito projetos de lei que visam a melhorar a qualidade de vida dos idosos. A proposta que garante a entrada gratuita de pessoas da terceira idade em parques nacionais e museus já foi aprovada pelo Senado e outras,

como a que obriga a instalação de clínicas geriátricas nos hospitais, a que dá prioridade ao atendimento ao idoso em centros de saúde e a que prevê desconto de 50% para idosos em eventos culturais estão tramitando nas comissões da Casa.

Estevão, que também foi o autor do requerimento para instalação da subcomissão, agora colhe assinaturas para uma proposta de emenda à Constituição que garante aos maiores de 55 anos a gratuidade no transporte coletivo urbano. Atualmente, apenas os maiores de 65 são benefi-

ciados na Constituição.

Instalada no dia 6 de outubro, a subcomissão é permanente e pretende fazer com que o Poder Legislativo passe a dar maior atenção às questões relativas à terceira idade. Estevão destaca que, já em 2020, as pessoas acima de 60 anos serão mais de 20% da população do país.

Os senadores Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Marluce Pinto (PMDB-RR), Djalma Bessa (PFL-BA), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Leomar Quintanilha (PPB-TO) integram a subcomissão.



TERÇA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 1999

AGENDA

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- 11h — Recebe o vice-presidente da Bolívia, Jorge Quiroga
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária
18h — Recebe o ministro de Estado do Meio Ambiente, José Sarney Filho

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Segundo dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, que altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal (regulamenta a edição de medidas provisórias); *PDL nº 64/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Osório Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osório (RS); *PDL nº 81/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Pampa Bagé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bagé (RS); *PDL nº 82/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio e Televisão Colúmbia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lorena (RS); *PDL nº 83/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora Guararapes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Guararapes (SP); *PR nº 100/99, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 44 milhões, de principal, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); e *Requerimento nº 634/99, do senador Osmar Dias, solicitando a tramitação conjunta dos PLS nºs 511 e 555, de 1999, por regularem a mesma matéria.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros itens, *Mensagem nº 189/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 300 milhões, entre o Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM); *PRS nº 41/99, que altera a Resolução nº 96/89, do Senado, que dispõe sobre limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantias da União em operação de crédito interno e externo; *PLC nº 03/98, que dispõe sobre multa incidente sobre os débitos das prefeituras municipais para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); *PLC nº 56/97, que dispõe sobre a emissão de valores mobiliários representativos de dívidas de sociedades controladas, direto ou indiretamente, pela União, pelos estados, Distrito Federal e municípios; *PLC nº 11/98, que regulamenta o parágrafo primeiro do artigo 213 da Constituição federal; *PLS nº 175/99, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); *Mensagem nº 181/99, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 202,030 milhões, entre o Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), destinada ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, segunda etapa do Programa de Fortalecimento da Escola (Fundescola/União), a cargo do Ministério da Educação; e *PLC nº 48/99, que altera a legislação tributária federal (alíquota do Imposto de Renda das pessoas físicas). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Subcomissão do Idoso

Pauta: Audiência pública com os presidentes do Conselho do Idoso de São Paulo, Alfredo Morlini, e do Rio Grande do Sul, reverendo Egon Feldens, com a finalidade de prestar informações e

apresentar proposições com relação a ações de seguridade, abrangendo os aspectos econômico, social, cultural, moral e recreativo e atos de assistência e defesa da saúde do idoso. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros itens, *PLS nº 41/99, que dispõe sobre o tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional, no Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio no Brasil; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS nº 340/99, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano; *PLS nº 218/99, que denomina "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo (Uned) de Colatina; e *PDL nº 78/97, que aprova o ato que renova a concessão deferida à TV Studios Silvio Santos Ltda., atualmente denominada TV SBT-Canal 11 do Rio de Janeiro Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade do Rio de Janeiro. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com o ministro Waldeck Ornelas, da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de instruir o *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

17h — CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação do relatório sobre emprego irregular de recursos públicos, nepotismo, superfaturamento e outras ilegalidades no TRT da Paraíba. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Quarta-feira (10.11.99)

11h — Sessão Solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa. *Plenário do Senado*

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, que altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal (regulamenta a edição de medidas provisórias); *PLS nº 13/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 82/95, acrescentando parágrafo ao art. 1º, III, para dispor sobre o cômputo das receitas e despesas correntes do Distrito Federal; *PLS nº 156/99-Complementar, regulamenta o inciso I do parágrafo 1º do art. 43 da Constituição federal (redução de desigualdades regionais); substitutivo do Senado ao *PLC nº 11/99, que define serviço sujeito ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza; *PDL nº 27/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Visão de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberlândia (MG); *PDL nº 75/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Mococa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mococa (SP); *PDL nº 78/98, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Clube de Varginha Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Varginha (MG); *PDL nº 99/98, que aprova o ato que renova a concessão de Radiodifusão Assisense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Francisco de Assis (RS); e *PDL nº 136/99, que aprova o texto de modificações ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento, que tratam de revisão da alocação de capital, quorum e estrutura de votação, aprovado por ocasião da 34ª Assembleia Anual de Governadores em Abidjan, Costa do Marfim. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Quinta-feira (11.11.99)

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, do substitutivo da Câmara à *PEC nº 1/95, que altera os arts. 48, 57, 61, 62, 64 e 84 da Constituição federal (regulamenta a edição de medidas

provisórias); substitutivo do Senado ao *PLC nº 18/95, que regulamenta o exercício profissional do histotecnologista; *PLC nº 7/99, que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência (Abin); *PLC nº 17/99, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do parágrafo 1º do art. 102 da Constituição federal; *PDL nº 100/98, que aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Ametista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Planalto (RS); *PDL nº 118/98, que aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural São Francisco de Assis para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Siqueira Campos (PR); *PDL nº 120/98, que aprova o ato que renova a permissão da Rádio Tupã Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tupã (SP); *PDL nº 122/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Sete Colinas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Garanhuns (PE); discussão, em turno suplementar, do substitutivo ao *PLS nº 255/97, que fixa prazo para restituição do Imposto de Renda e proventos descontados na fonte; e *PLS nº 161/99, que dispõe sobre a jornada de trabalho dos enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. *Sexta-feira (12.11.99)*

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Quarta-feira (10.11.99)

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros itens, *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; *PLS nº 155/99 — decisão terminativa, altera o artigo 4º da Lei nº 9.732/98; *PLS nº 258/99 — decisão terminativa, dispõe sobre a obrigatoriedade de cirurgia plástica reparadora nos casos de mutilação pós-cirúrgica e de defeitos físicos genéticos ou decorrentes de acidentes de trabalho; *PLS nº 434/99 — decisão terminativa, altera o art. 354 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, para aumentar, em cada atividade, a proporcionalidade de empregados brasileiros; *PLS nº 494/99 — decisão terminativa, dispõe sobre o exercício da profissão de taxista; *PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; e *PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *PLC nº 46/99, que dispõe sobre a contribuição previdenciária do contribuinte individual e o cálculo do benefício e altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991; *PEC nº 37/99, que cria o Conselho Nacional de Justiça; e *PLS nº 154/99, que dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de Conciliação (CICs). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Seminário Amazônia — Patrimônio Ameaçado? Temas: "As ONG's na Amazônia se afirmam como defensoras das unidade nacional ou agem influenciadas pela cobiça internacional da região?" e "A comunidade internacional reconhece e respeita efetivamente a autonomia do Brasil sobre a Amazônia brasileira?" Palestrantes: Senador Gilberto Mestrinho e o diretor executivo do Greenpeace, Roberto Kishinami. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

Quinta-feira (11.11.99)

9h — CPI do Judiciário

Pauta: Apresentação do relatório sobre dilapidação do patrimônio do menor Luiz Gustavo Nominato - Vara de Orfãos e Sucessões de Brasília - Análise de indícios de irregularidades apontadas no processo nº 8.320/87. 11h — Oitiva Desembargador Ernani Vieira de Souza - Tribunal de Justiça do MT. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalma Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado vota empréstimo de US\$ 44 milhões

Dinheiro virá do Bird e destina-se ao Projeto de Promoção da Saúde dos Animais e das Plantas, do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Programa teve parecer favorável na CAE

O plenário vota hoje projeto de resolução que autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor de até US\$ 44 milhões do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). Os recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Promoção da Saúde dos Animais e das Plantas (Prosav), de responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

O objetivo do programa, de acordo com a mensagem enviada ao Senado pelo Executivo, é eliminar as doenças que atingem animais e plantas e prejudicam as exportações brasileiras. Visa também à melhoria do sistema de vigilância sanitária do setor. A matéria foi analisada previamente

pela Comissão de Assuntos Econômicos, tendo recebido parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Os senadores também continuam a discutir, em primeiro turno, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias. Emendas à matéria poderão ser apresentadas até o final dos cinco dias de discussão. Já aprovado pela CCJ, o substitutivo aproveita parte da proposta anteriormente votada pelo Senado e parte do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados.

Entre as alterações acatadas por Fogaça, está a que amplia a validade das medidas provisórias de 30 para



Jonas Pinheiro apresentou parecer favorável aos recursos do Bird para agricultura

60 dias, prorrogáveis por igual período. Porém, como não poderiam mais ser reeditadas, caso não sejam transformadas em lei, perderiam a validade por decurso de prazo. Fogaça também propõe que as MPs sejam analisadas separadamente pela Câmara e pelo Senado e não em sessão conjunta do Congresso Nacional, como acontece hoje.

O plenário deve apreciar ainda quatro projetos de resolução que renovam concessões de funcionamento das seguintes emissoras: Rádio Osório Ltda., de Osório (RS); Rádio FM Pampa Bagé Ltda., de Bagé (RS); Rádio e Televisão Colúmbia Ltda., de Lorena (RS); e Rádio Difusora Guararapes Ltda., de Guararapes (SP).

Nove renovações de concessões serão avaliadas hoje pela CE

A Comissão de Educação (CE) reúne-se hoje, às 11h30, para apreciar uma pauta de 16 itens. Entre eles, nove propostas de renovação de concessões e permissões de rádio e televisão: cinco no estado de São Paulo, duas no Paraná, uma em Santa Catarina e outra no Rio de Janeiro.

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a comissão apreciará, também, projeto do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), que trata do tombamento do antigo estúdio da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, e sua transformação em Museu da História do Rádio Brasileiro.

De acordo com a pauta, a comissão analisará ainda os projetos que instituem o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária e o Dia Nacional do Imigrante Italiano; propostas que denominam de "Senador João Calmon" a Escola Técnica Federal do Espírito Santo e dão o nome de personalidades brasileiras a aeroportos e trechos de rodovias.

Crise agrava a situação da saúde, afirma Maria do Carmo

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) manifestou sua preocupação com fatos que estão "minando a saúde" das empresas da área médica de Sergipe, em especial as que utilizam equipamentos de alta tecnologia importados. Segundo a senadora, a desvalorização do real frente ao dólar, que chegou a 64%, aliada a uma queda de 40% no comparecimento de pacientes aos consultórios, está gerando desemprego e muitas dificuldades no tratamento de doentes pobres atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) naquele estado.

De acordo com Maria do Carmo, desde março deste ano, quando o governo promoveu



Maria do Carmo: desemprego

uma maxidesvalorização da moeda, "de forma desavisada", várias empresas sergipanas vêm enfrentando sérias dificuldades. Além de conviverem com uma retração significativa de mercado, essas empresas contraíram dívidas em dólar e hoje não conseguem saldar seus compromissos.

— Quem comprou projetou sua capacidade de pagamento em orçamento com moeda anunciadamente estável e não imaginava que o dólar se maxidesvalorizasse ou que os pacientes que freqüentam seus serviços diminuíssem tanto — frisou Maria do Carmo.



Paulo Souto apresenta relatórios sobre TRT-PB e caso Nominatto

A Comissão Parlamentar de Inquérito que está apurando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário definiu sua programação para esta semana. Hoje, às 17 horas, o relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), apresentará o relatório referente ao emprego irregular de recursos públicos, nepotismo, superfaturamento e outras irregularidades no Tribunal Regional de Trabalho da Paraíba.

Na quinta-feira, Paulo Souto mostrará suas conclusões sobre o caso do menor Luiz Gustavo Nominatto, cuja herança deixada pelo pai, o empresário Washington Nominatto, teria sido dilapidada no decorrer do processo de inventário. Em seguida, por volta das 11 horas, os senadores da CPI ouvirão o depoimento do desembargador Ernani Vieira, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

O caso do TRT paraibano, cujo relatório será apresentado hoje por Paulo Souto, foi denunciado à CPI pelo técnico judiciário do próprio tribunal, Antônio de Pádua Pereira Leite. Ele acusou alguns magistra-

dos de nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indevida de recursos públicos e compras sem licitação.

Paulo Souto apresentará na quinta-feira o relatório sobre o caso do menor Luiz Nominatto, cuja herança, segundo as denúncias e depoimentos feitos à CPI, teria sido dilapidada enquanto era administrada pela Justiça do Distrito Federal. A herança deixada por seu pai, que era dono do Consórcio Itapemirim, estaria avaliada em R\$ 30 milhões.

Já o desembargador Ernani Vieira deverá falar aos senadores sobre as denúncias feitas contra ele pelo juiz Leopoldino Marques do Amaral, assassinado no início de setembro.

Entre as acusações, estão a denúncia de que ele teria se apossado de toda a herança de sua meia-irmã e herdeira legítima do desembargador Péricles Rondon, Beatriz Rondon, e a contratação e nomeação de funcionários para cargos em comissão do TJMT com objetivos sexuais.



Relatório que Paulo Souto apresenta hoje refere-se ao emprego irregular de recursos públicos no TRT-PB

Emissão de bônus e pedidos de crédito externo na pauta da CAE

O ofício do Banco Central que encaminha ao Senado relatório sobre a operação de emissão de bônus pelo Brasil, no valor de US\$ 3 bilhões, em títulos no mercado internacional, tem parecer favorável do relator da matéria, senador José Fogaça (PMDB-RS), e é um dos 11 itens a serem examinados pela Comissão de Assuntos Econômicos hoje. Essa operação, segundo Fogaça, foi concluída no dia 30 de abril, e tem por objetivo reestruturar a dívida externa, com vistas a atrair novos investidores para o país.

Na reunião da CAE, os senadores também vão examinar e votar dois pedidos do Executivo para a contratação de créditos externos. O primeiro, no valor de US\$ 300 milhões, deverá ser concedido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para financiar parcialmente o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

O segundo pedido de empréstimo, no valor de US\$ 202,030 milhões, será feito ao Banco Mundial, e é destinado ao financiamento parcial do Projeto Fundescola II, a segunda parte do Programa de Fortalecimento da Escola. Ambos os pedidos de empréstimo têm pareceres favoráveis dos relatores. O primeiro é do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) e o segundo, do senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Estão na pauta da CAE dois projetos de resolução, que tramitam em conjunto, propondo alterações na Resolução nº 78, de 1998, que trata dos limites e condições para o endividamento dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A proposta de mudança, conforme o relator da matéria, Osmar Dias, tem por objetivo sanar dificuldades burocráticas que alguns municípios vêm enfrentando



Fogaça diz que operação de bônus, concluída em abril, visa atrair investidores ao país

junto ao Banco Central para obter autorização para operações de crédito. A mudança vai facilitar essas operações, evitando o atraso nas emissões de crédito dos tribunais de contas, exigidas para comprovar o cumprimento das regras da Resolução nº 78.

Os senadores também vão discutir e votar projeto de resolução do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) propondo alteração na Resolução nº 96, de 1989, para tornar obrigatória a prévia autorização, pelo Senado, dos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O parecer do relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), é favorável.

A comissão vai examinar ainda o projeto de lei da Câmara, de autoria do Executivo, que altera a legislação tributária, estabelecendo nova alíquota do Imposto de Renda das pessoas físicas, e o projeto, também da Câmara, que dispõe sobre multa incidente nos débitos das prefeituras para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



Segundo Alcântara, a Funcap se tornou um "pólo aglutinador" do desenvolvimento do Ceará

Alcântara destaca ação de fundação cearense

A Fundação Cearense de Amparo à Pesquisa (Funcap) tem tido, ao longo dos últimos anos, uma atuação destacada, contribuindo para formar recursos humanos altamente qualificados no estado e fomentando pesquisas importantes na área de ciência e tecnologia, disse o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

Ao fazer um balanço das atividades da Funcap no ano passado, com base em relatório da fundação, Lúcio Alcântara afirmou que a instituição foi peça-chave no fomento às pesquisas em áreas estratégicas do estado do Ceará e que 94% dos recursos do orçamento global da entidade foram investidos em atividades-fim.

– Dos 6% restantes, 4% foram comprometidos com custeio e apenas 2% destinaram-se a despesas com pessoal, percentual bem inferior ao limite previsto para esse fim no dispositivo da Constituição estadual de 1989, que estabeleceu a criação dessa importante instituição – afirmou Lúcio Alcântara, para quem esses percentuais confirmam a maturidade da Funcap na definição de suas prioridades, “bem como a firmeza dos dirigentes em dar cumprimento à missão atribuída à instituição”.

Depois de parabenizar o presidente da Funcap, João Lucas Marques Barbosa, o senador disse que a instituição é um elemento aglutinador de projetos de grande relevância para o estado, como o Plano de Biotecnologia do Ceará, elaborado com a participação de um corpo integrado por mais de cem pesquisadores pertencentes às cinco universidades existentes no estado e a núcleos de pesquisa, além do empresariado local. E informou que a instituição direcionou suas ações em busca da concretização das prioridades governamentais indicadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Ceará no período 1995-1998.

Luiz Estevão elogia novas regras para crédito educativo

Senador também considera positiva a decisão do governo de mudar o perfil de financiamento da dívida interna, que já ultrapassa R\$ 500 bilhões

A retomada do crédito educativo, com o oferecimento de 30 mil vagas para os estudantes de menor renda, que estavam excluídos do projeto, e as 21 medidas adotadas na semana passada pelo Banco Central e Ministério da Fazenda para mudar o perfil do financiamento da dívida interna foram aplaudidas ontem em plenário pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

– Essas duas notícias nos trazem pelo menos um alento: ver que após inúmeras discussões, aqui no Senado e no Congresso Nacional, finalmente, o governo reconheceu o desacerto com que vinha conduzindo dois temas de profunda importância para a população brasileira, e parece que resolveu tomar novos rumos – disse o senador.

Luiz Estevão observou que, com a mudança das regras para dedução de bolsas de estudo por parte de instituições de ensino que dedicavam parte de suas receitas ao trabalho filantrópico, tornou-se obrigatória, mais do que nunca, a retomada do crédito educativo.

As regras que estavam em vigor para o crédito educativo, contudo, impediam o acesso dos estudantes mais pobres ao programa, segundo o senador, que se pronunciara em plenário sobre o tema. O senador defendeu ainda seu projeto que permite que os estudan-



Estevão festejou os “novos rumos” em duas áreas onde atuação do governo vinha sendo criticada

tes possam quitar o empréstimo do crédito educativo com recursos de seu FGTS quando entrarem no mercado de trabalho.

Enfatizando que o governo é obrigado a gastar uma fortuna para rolar a dívida interna, que já alcança mais de meio trilhão de reais, Estevão destacou que há duas semanas disse da tribuna que o governo vinha tomando diversas medidas paliativas no sentido de equacionar a questão das contas públicas, “buscando uma economia de 500

milhões aqui, um bilhão ali, números significativos, mas insignificantes diante do real problema brasileiro, que é o financiamento de sua dívida interna”.

– O Brasil está pagando neste ano R\$ 100 bilhões para o financiamento de seus compromissos internos. Portanto, qualquer economia que seja feita no sentido de baratear o custo ou alongar o perfil da negociação dessa dívida significa muito mais do que, por exemplo, o corte das verbas para o reequipamento do sistema penitenciário, a eventual majoração de alíquotas da Previdência, o eventual corte no envio de cestas básicas para a população carente – afirmou.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) disse concordar com a tentativa de livrar estudantes das altas taxas de juros. Ele lamentou a deterioração do quadro social no país, destacando que os trabalhadores recebem salário mínimo de pouco mais de R\$ 100, enquanto no Japão, por exemplo, um cachorro tem cesta básica de US\$ 3.500 por ano.

Ernandes Amorim (PPB-RO) disse ter defendido em plenário mudanças no crédito educativo, que considera essenciais para os estudantes menos favorecidos, e recordou que ele próprio recorreu a esse programa para poder estudar.



Jucá teme que a privatização da Eletronorte ponha em risco o desenvolvimento da região Norte

Romero Jucá questiona cisão e venda da Eletronorte

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o programa de privatização do setor elétrico na região Norte tem despertado sérias dúvidas e preocupações entre os cidadãos da Amazônia. Jucá acredita que a privatização dos serviços de energia elétrica, que vem sendo levada a cabo nas demais regiões do Brasil, não é compatível com as características e o estágio de desenvolvimento da região amazônica.

– Portanto, é com desconfiança que vemos incluída no Programa Nacional de Desestatização a cisão da Eletronorte e seu desdobramento em sete empresas, sendo seis a serem privatizadas e uma, a Eletronorte remanescente, reduzida ao atendimento das pequenas localidades, dos pequenos sistemas isolados, dos mercados rarefeitos da região – afirmou o senador.

Para Jucá, a maneira como esse programa de privatização está sendo formulado não assegura para a Amazônia as condições indispensáveis para o desenvolvimento econômico e para a integração territorial e nem garante a defesa dos interesses estratégicos nacionais e a soberania da região Norte.

Segundo o senador, a região amazônica encontra-se em estágio inicial de desenvolvimento, necessitando de ação estatal direta na implantação da infraestrutura necessária, “incluído aí um setor elétrico que abra caminhos pioneiros, acima de considerações de imediata vantagem comercial”. Ele acrescenta que “a privatização pode ser boa para as regiões mais desenvolvidas, mas é um grande risco na Amazônia, ainda mais com os riscos de a privatização internacional ferir nossa soberania”.

Romero Jucá defendeu o reexame da privatização da Eletronorte e a busca de um modelo que garanta o desenvolvimento da região. Para ele, propostas alternativas devem ser estudadas, como a apresentada por entidades sindicais da região, que instituiu uma *holding* regional do setor elétrico, com subsidiárias estaduais. Essa *holding* seria a própria Eletronorte, enquanto as subsidiárias estaduais ficariam encarregadas dos serviços de energia elétrica do estado respectivo, com exceção dos estados que já realizaram a privatização de suas empresas.

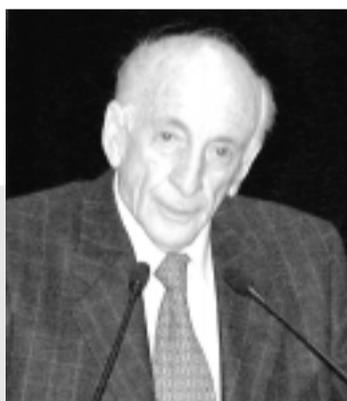
Lauro Campos repudia condecoração dada por FHC ao presidente do Peru

“Não te apequenes, Fernando.” A frase, que teria sido dita pelo ex-ministro das Comunicações Sérgio Motta ao presidente Fernando Henrique Cardoso quando ele se encontrava na UTI, foi relembrada ontem pelo senador Lauro Campos (PT-DF), para quem “o conselho não foi seguido pelo presidente”.

Uma prova da desatenção de Fernando Henrique em relação ao que lhe dissera Motta, pouco antes de morrer, foi a condecoração ao presidente do Peru, Alberto Fujimori, afirmou Lauro Campos.

– Ao condecorar o neoliberal sanguinário “El Chino”, o presidente se apequenou, baixou-se à estatura do condecorado, nivelou-se com o ditador do Peru. Como representante dos brasileiros, o presidente homenageou o monstro em nosso nome – disse o senador.

Fernando Henrique, continuou o parlamentar, não conseguiu cumprir a promessa de elevar o salário mínimo a R\$ 250 até o final de seu primeiro mandato e comportou-se



Para o senador Lauro Campos, Fernando Henrique “nivelou-se à estatura do condecorado”

como um “neoliberal ferrenho” quando buscou destruir o legado da era Vargas.

– Acreditando no capitalismo de mercado, iluminista e mecanicista, a era FHC se inicia adotando o credo do consenso de Washington e do liberalismo de exportação do FMI e do Banco Mundial – analisou Lauro Campos.

Para o senador, Fernando Henrique errou ainda ao instituir o Programa de Saneamento e Reestruturação do Sis-

tema Financeiro (Proer) e vincular o empréstimo do Eximbank norte-americano destinado ao Projeto Sivam (vigilância da Amazônia) à criação de empregos nos Estados Unidos.

Lauro Campos aproveitou para prestar contas aos seus eleitores das semanas que permaneceu ausente do Senado, por força de exames médicos realizados em São Paulo.

– Nunca escondi dos que em mim votaram a minha situação coronariana – disse o senador, em resposta aos que porventura o acusam de não estar cumprindo com as obrigações do cargo para o qual foi eleito. Segundo o senador, sua saúde é estável, a despeito dos problemas sérios que tem.

Ao final do discurso, o senador também fez menção ao que chamou de “ditadura compartilhada entre o presidente da República e o presidente do Legislativo” e um sistema que “se diz democrático”. Na opinião de Lauro Campos o dilema entre desenvolvimentistas e monetaristas é falso e só contribui para mascarar o confronto entre capitalismo e socialismo.

CAS ouve Ornelas sobre fator previdenciário

Os integrantes da comissão debaterão com o ministro da Previdência projeto já aprovado pela Câmara que inclui a expectativa de vida no cálculo de benefícios e prevê aposentadoria maior para quem trabalhar mais tempo

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje audiência pública com o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas. Ele irá defender o projeto de lei do governo federal que altera os mecanismos de



contribuição previdenciária do contribuinte individual, instituindo o chamado "fator previdenciário" para o cálculo dos benefícios. A proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

O projeto será votado na CAS e também na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) amanhã. A matéria tem parecer favorável do relator, senador Geraldo Althoff (PFL-SC). A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou voto em separado, pela rejeição do projeto.

O relator destacou um déficit de R\$ 10 bilhões no orçamento da Previdência Social, informando que a receita do sistema é de apenas R\$ 50

bilhões, em face de uma despesa que chega a R\$ 60 bilhões. A senadora, no entanto, ressalta que tal prejuízo decorre do desvio, para o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), das contribuições destinadas ao financiamento da seguridade social. Segundo o Relatório de Execução Orçamentária do Tesouro Nacional, por ela apresentado, este desvio chega a R\$ 18,3 bilhões.

O relator elogiou as modificações introduzidas para a concessão do salário-maternidade, que será estendido a todas as seguradas da Previdência Social, com possibilidade de atrair 2,5 milhões de trabalhadoras autônomas. Em seu voto em separado, a senadora também enaltece a ampliação da abrangência do benefício, mas se insurge contra a carência de dez meses para a concessão deste benefício, assim como o fim de seu pagamento pelas empresas empregadoras, passando este a

ser feito somente pelo INSS.

O ponto mais polêmico do projeto, no entanto, é o que introduz o fator previdenciário para o cálculo dos benefícios. Esse fator leva em consideração a expectativa de sobrevida e o tempo de contribuição do postulante ao benefício no momento da aposentadoria. Para o relator, o fator previdenciário faz com que as pessoas que contribuírem com mais tempo tenham uma aposentadoria maior.

A senadora Heloísa Helena discorda. Para ela, o fator é um redutor de benefícios e, ao instituir a expectativa de vida no cálculo desses benefícios, tenta disfarçadamente inserir uma idade mínima para aposentadoria, proposta já derrotada no Congresso Nacional. Em seu voto, a parlamentar afirma que "a imposição do fator previdenciário acarretaria graves perdas, uma vez que impediria que os segurados com idade inferior a 60 anos e 33 anos de contribuição comprovados pudessem gozar de sua aposentadoria,



Geraldo Althoff apresentou parecer favorável à proposta e elogiou mudanças no salário-maternidade



Heloísa Helena criticou a adoção do fator previdenciário, que considera um redutor de benefícios

salvo se aceitassem a redução do valor do benefício".

A representante de Alagoas no Senado exemplificou que, no caso de um segurado com 52 anos de idade e 30 de contribuição, o fator previdenciário acarretaria uma perda de 36% no benefício. Se este trabalhador adiasse por cinco anos sua aposentadoria, ainda assim a perda se-

ria de 7%. Ao não considerar peculiaridades e benefícios específicos no sistema, o fator prejudicou em especial os trabalhadores no magistério. Uma professora com 50 anos de idade e 25 de contribuição teria uma redução no benefício de 50%. Se adiasse sua aposentadoria por cinco anos, ainda assim a redução seria de 21%, segundo a senadora.



Os senadores Osmar Dias e Heloísa Helena mediarão debate com Ulisses Riedel, do Diap, e Antônio Neto, da Anfip

Representante do Diap adverte que pobres poderão ser os mais afetados

O representante do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Ulisses Riedel, afirmou ontem, durante a audiência da Comissão de Assuntos Sociais, que, se aprovado o projeto criando o fator previdenciário, como pretende o governo, "os mais pobres vão morrer antes da aposentadoria". Riedel explicou que, pelo projeto, o INSS não concederá mais aposentadoria integral a quem tiver menos de 59 anos de idade, mas números da Previdência revelam que os segurados morrem em média com 60 anos e quatro meses.

— Com certeza, um percentual elevadíssimo morrerá antes de receber a primeira aposentadoria, sem ter condições de esperar uma aposentadoria sem redução. E a possibilidade de morrer antes recai em cima dos mais pobres, que começam a trabalhar cedo, alimentam-se mal e nem sempre têm assistência

médica adequada — observou.

Ulisses Riedel, advogado, apontou ainda inconstitucionalidades na proposta do governo para o novo sistema de aposentadorias do INSS. "O fator previdenciário introduz, de forma disfarçada, a idade mínima na aposentadoria do INSS, que já foi rejeitada pelo Congresso. Dificilmente isso terá guarida quando o assunto chegar ao STF."

Ele leu trechos de um artigo publicado na imprensa de Curitiba pelo ex-ministro da Previdência Reinhold Stephanes, no qual ele sustenta a mesma tese da "idade mínima disfarçada". No artigo, Stephanes afirma que os homens terão de trabalhar no mínimo mais sete anos se quiserem ter a aposentadoria que teriam antes da mudança. "Além de inconstitucional, a nova fórmula de cálculo da aposentadoria é também um

erro político do Congresso. Uma desumanidade para com nossos trabalhadores mais humildes."

Após o debate, o presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Osmar Dias (PSDB-PR), afirmou que, por enquanto, a CAS ouviu sindicalistas, "que garantem não existir déficit previdenciário". Hoje, o ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornelas, irá mostrar seus números sobre a situação da Previdência.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) disse, depois de ouvir as exposições dos representantes dos fiscais e do Diap, que "o assunto é grave demais" para ser discutido "por apenas dois dias" antes de ser votado pela comissão. Ele informou que pedirá à direção de seu partido para se posicionar sobre o projeto de mudanças nas aposentadorias do INSS.

Presidente da Anfip diz que o sistema não tem déficit

Durante debate ontem na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), o presidente da Associação Nacional dos Fiscais da Previdência (Anfip), Antônio Neto, garantiu que "não há déficit na Previdência Social". Os números apresentados pelo governo mostram déficit porque a área econômica não repassa à Previdência toda a Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins), como determina a Constituição, afirmou.

— Na verdade, se o governo repassar a Cofins e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) à Seguridade Social, como os constituintes decidiram em 1988, os números do próprio governo mostram que, no primeiro semestre deste ano, a Previdência teve um superávit de R\$ 641 milhões — disse Antônio Neto.

Ele repassou os números aos senadores da CAS. Nos primeiros seis meses deste ano, a Previdência arrecadou diretamente R\$ 20,9 bilhões, a Cofins rendeu R\$ 11,9 bilhões, a CSLL gerou R\$ 11,9 bilhões e a CPMF destinada à Previdência somou R\$ 1,3 bilhão. Assim, a receita total teria sido de R\$ 38,14 bilhões, enquanto a despesa ficou em R\$ 37,5 bilhões.

Antônio Neto afirmou ainda que o governo coloca como sendo despesa exclusiva da Previdência Social os pagamentos de um salário mínimo a oito milhões de trabalhadores rurais como mais de 65 anos. "Isso não é responsabilidade da Previdência, porque eles nunca contribuíram. Isso é um gasto social que o governo fede-

ral deve assumir", defendeu. Neto informou que este gasto foi de R\$ 5 bilhões no primeiro semestre deste ano, devendo passar de R\$ 10 bilhões no ano todo. "Curiosamente, este valor é igual ao déficit que o governo projeta para a Previdência em 99", observou.

O presidente da Associação dos Fiscais da Previdência disse ainda que o governo, com seu projeto que cria o fator previdenciário para o cálculo das aposentadorias do INSS, "reduz claramente o valor dos benefícios, principalmente para as mulheres e professores". Explicou que, como há um prazo de seis anos de transição para o novo sistema, só depois desse prazo "os trabalhadores vão perceber como saíram perdendo".

Disse ainda que o governo "só olha o lado dos gastos, sem ver que pode aumentar a arrecadação previdenciária". No momento, a Previdência tem a receber R\$ 56 bilhões de empresas, mas não tem conseguido obter nem R\$ 1 bilhão por ano. "Infelizmente, há um prêmio ao mau empresário que não deposita a contribuição previdenciária, pois ele sabe que mais cedo ou mais tarde será anistiado". Antônio Neto lamentou ainda que, ao invés de aumentar, o número de fiscais da Previdência caiu nos últimos anos de sete mil para cerca de 3.500. Ele pediu que o Congresso aprove um projeto, já em tramitação, que pune os crimes contra a Previdência.



Os senadores Pedro Simon, Carlos Bezerra e Freitas Neto são autores de projetos enviados à Câmara dos Deputados depois de terem sido aprovados em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais

Fabricantes terão que alertar para riscos de pilhas e baterias

Proposta aprovada pelo Senado torna obrigatória a advertência sobre cuidados a serem tomados para a apropriada reciclagem desses produtos

O Senado enviou à Câmara projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que obriga os fabricantes de pilhas e baterias a advertirem o consumidor de que esses produtos contêm substâncias tóxicas e devem ser devolvidos aos revendedores ou aos fabricantes para reciclagem. A matéria foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, como não recebeu recurso, foi enviada à Câmara, sem apreciação do plenário.

A advertência prevista no projeto deve vir nas embalagens dos produtos. De acordo com a matéria, as campanhas publicitárias sobre o tema deverão esclarecer o consumidor sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente decorrentes da destinação inadequada do produto. Os infratores das nor-

mas sobre rotulagem, veiculação de publicidade e comercialização de pilhas e baterias estarão sujeitos a sanções que vão da suspensão da publicidade até a multa de R\$ 8 mil.

A CAS também aprovou em caráter terminativo projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que estabelece normas para o destino final de garrafas e outras embalagens plásticas. A matéria obriga os fornecedores desses produtos a estabelecerem procedimentos para a recompra das garrafas plásticas após seu uso pelos consumidores. Essa regra vale, conforme o projeto, como condição para a obtenção ou renovação de licença ambiental.

Também foi remetido à Câmara projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que permite aos idosos o acesso gra-

tuito a parques nacionais. A CAS aprovou ainda, em caráter terminativo, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que regulamenta a proteção do patrimônio fossilífero brasileiro. O projeto prevê a fiscalização contra o comércio ilegal e o contrabando e, ainda, a obrigatoriedade de autorização oficial para a exploração de sítios fósseis.

Projeto de lei que cria o Centro Nacional para Estudos, Conservação e Manejo das Plantas Medicinais Brasileiras, de autoria do senador Freitas Neto (PFL-PI), também foi aprovado em caráter terminativo pela CAS e enviado à Câmara. O centro, vinculado ao Ibama, terá a finalidade de propor normas relativas ao controle do uso das plantas medicinais, além de fomentar estudos sobre o tema.

Tebet quer prioridade para análise de conclusões de CPIs

O Senado enviou à Câmara projeto de lei determinando que as conclusões de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) tenham prioridade quando forem analisadas pelo Ministério Público.

A proposta, de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como não recebeu recurso, foi considerada aprovada sem a necessidade de ser votada em plenário.

Na CCJ, a matéria foi relatada

pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), que apresentou substitutivo. Para embasar seu parecer, o relator ouviu a procuradora Ela Wiecko de Castilho, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República.

Com as sugestões recebidas, Simon alterou a proposta original de forma que os chefes do Ministério Público da União e dos estados comuniquem, em 30 dias, aos presidentes do Senado ou da Câmara, as providências adotadas.

O parecer de Simon manteve a



Tebet: sanções para quem não cumprir a regra

determinação de que os processos e procedimentos instaurados pelos procuradores a partir de conclusões de CPIs tenham prioridade sobre quaisquer outros, exceto pedidos de *habeas-corpus*, *habeas-data* ou mandados de segurança. Caso essas determinações não sejam cumpridas, o substitutivo prevê sanções administrativas, civis e penais.

Idoso é tema de debate na TV Senado

O coordenador de Atenção à Saúde do Idoso do Ministério da Saúde, Jorge Alexandre Silvestre, e o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) são os convidados do programa *Cidadania*, da TV Senado, que tem como tema a proteção ao idoso. O programa vai

ao ar hoje, às 9h.

Luiz Estevão, presidente da Subcomissão do Idoso e autor de vários projetos que beneficiam os idosos, aborda o envelhecimento da sociedade, fenômeno que vem ocorrendo em todos os países do mundo, exi-

gindo uma completa transformação em áreas como saúde, trabalho e previdência social.

Jorge Silvestre fala sobre as ações do governo federal em benefício da população de terceira idade.



Luiz Estevão propõe terceirização da cobrança de dívida ativa da União

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei que autoriza a Fazenda Nacional a delegar representação judicial e extrajudicial a advogado particular, "para a cobrança da dívida ativa, mediante remuneração de êxito não excedente a 10% do valor efetivamente recebido, mais encargos de sucumbência". Pelo projeto, o advogado contratado ficaria sujeito a supervisão, acompanhamento e controle dos serviços delegados e intervenção da Fazenda Nacional, através de seus procuradores, sempre que for julgado necessário. O advogado contratado também ficaria impedido automaticamente de advogar contra a Fazenda Nacional.

Segundo Estevão, a recuperação de créditos inscritos na dívida ativa é um dos mais sérios problemas da administração fiscal. "As procuradorias, por mais que tentem, não conseguem cobrar as dívidas, que só aumentam. Conseguem repor aos cofres públicos uma média de 2% do estoque total, que chega a R\$ 150 bilhões", explicou.

A incapacidade de o poder público cobrar gera impunidade, diz o senador, que aponta como solução para o problema a terceirização da cobrança. Estevão reconhece que há argumentos contrários, mas observou que experiências insatisfatórias não devem inviabilizar a alternativa.

Patrocínio sugere prazo para regularizar imóveis em construção

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto para garantir os direitos dos compradores de imóveis em construção. Ele estabelece que o incorporador ou financiador terá no máximo 60 dias para providenciar o desembaraço de quaisquer ônus da unidade construída, para que os adquirentes possam lavrar escritura e registrar os imóveis comprados.

Ao justificar a matéria, Patrocínio explica que, não raro, os incorporadores constroem em terrenos que têm contrato que cerceiam os direitos do proprie-



Patrocínio: garantia dos direitos dos compradores

tário ou hipotecam as unidades concluídas, prejudicando o adquirente que, muitas vezes, já pagou todo o imóvel, e a quem só resta esperar a liberação da documentação para poder registrar aquilo que é seu.

Para evitar a ação de incorporadores "pouco providenciam", que não providenciam, no devido tempo, a documentação regularizada para a entrega dos imóveis, o senador sugere dispositivo legal que "alcance tal infração, no âmbito das que são caracterizadas como contravenções".

Machado insiste na permissão para transporte em "paus-de-arara"

O senador Sérgio Machado (PSDB-CE) fez um apelo à Mesa da Câmara dos Deputados para que reveja decisão da Comissão de Viação e Transportes daquela Casa, que aprovou parecer contrário do relator a projeto de sua autoria, que modifica o Código de Trânsito Brasileiro, permitindo a regulamentação do transporte de pessoas em veículos de carga, os chamados "paus-de-arara". O projeto foi aprovado pelo Senado.

Mesmo reservando elogios à atual legislação de trânsito, ele alegou ser necessária uma revisão do código — que proíbe o transporte de pessoas em veículos de carga — para adaptá-lo à realidade do interior brasileiro, onde, em muitos casos, inexistem linhas regulares de ônibus pela precariedade das estradas ou pela inviabilidade econômica.

— É fundamental o exame das condições adversas em nossos dispares rincões do meio rural, advindas das enormes desigualdades regionais — observou.

Como exemplo, citou as recentes ma-



Sérgio Machado: "Justiça ao cidadão sertanejo"

nifestações de religiosidade em seu estado, quando 300 mil romeiros se deslocaram a Juazeiro do Norte para a romaria em homenagem ao Padre Cícero. Segundo o parlamentar, a grande maioria dos romeiros chegou à cidade através de "paus-de-arara", sem que fosse registrado nenhum incidente.

— Volto a insistir na importância do projeto que apresentei a esta Casa relativo à regulamentação dos paus-de-arara, para que milhares de brasileiros possam ter o direito inequívoco de exercer sua fé — justificou.

Sérgio Machado disse ainda esperar que o Congresso se sensibilize quanto ao problema e, em conjunto, Câmara e Senado, encontrem solução para as adaptações sugeridas ao código. "Estariamos fazendo justiça ao cidadão interiorano, em particular o sertanejo, em sua grande maioria desprovido de meios, senão os alternativos, para lhe propiciar alguma melhora, mesmo que singela, em sua tão precária qualidade de vida", afirmou.

ACM diz que combate à pobreza reduzirá crimes

Senador aponta adoção de medidas para enfrentar a questão da miséria e da fome como primeiro passo para que a sociedade diminua os índices de violência. Ele aprova criação de força-tarefa para pegar “tubarões do crime”



O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a adoção de medidas de combate à pobreza para conseguir a redução da criminalidade, e manifestou-se também contra o encerramento do programa bolsa-escola no Distrito Federal:

— Acho uma decisão inteiramente errada, porque se trata de um programa vitorioso — disse, comentando as notícias sobre o cancelamento da iniciativa pelo governo do Distrito Federal.

Quanto à criação de força-tarefa de combate ao crime, o senador afirmou que a idéia “é importante, sobretudo para pegar os tubarões do crime,



Antonio Carlos condenou “os braços cruzados da elite brasileira” em relação à pobreza

aqueles que se cevam no narcotráfico e não aparecem nunca, porque só se pegam as piabas (*peixes pequenos*)”. Antonio Carlos enfatizou, porém, a

necessidade de efetuar o combate à pobreza para reduzir a criminalidade:

— Tudo isso também vem da falta de combate à pobreza. Teremos menos crimes numa sociedade mais homogênea. Essa concentração de renda, as desigualdades regionais, os braços cruzados da elite brasileira em relação ao combate à pobreza, tudo isso é muito criminoso — concluiu.

Ademir critica destaque da mídia a assassino do shopping

O fato de três revistas semanais — *Veja*, *IstoÉ* e *Época* — terem abordado em suas reportagens de capa o caso do estudante de medicina que, munido com uma submetralhadora, matou três pessoas num shopping paulistano foi condenado com veemência pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA):

— Lamentavelmente, as três revistas fizeram exatamente o que aquele infeliz queria, o que não deixa de ser um incentivo — comentou, referindo-se à declaração do assassino de que optou pela submetralhadora e



Ademir: “Revistas fizeram exatamente o que aquele infeliz queria”

não por uma granada para provocar “maior impacto na mídia”.

Na opinião do senador, aqueles órgãos de imprensa teriam promovido o caso “porque vende revista, dá dinheiro”. Ademir Andrade também condenou a inserção, na revista *IstoÉ*, de um encarte “com propaganda enganosa da Abifarma”, entidade que congrega laboratórios farmacêuticos, “96% deles estrangeiros”. Após o Congresso Nacional ter aprovado a co-

mercialização de medicamentos genéricos e, conforme o senador, ter finalmente colocado o Brasil no patamar dos países do Primeiro Mundo, a Abifarma estaria fazendo propagan-

da “cínica, mentirosa e safada” em prol de seus produtos de marca.

Para o senador, a revista não poderia dar guarida a essa propaganda, mas cabe ao governo federal e ao Ministério da Saúde tomar as providências cabíveis contra a entidade.

Em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse que o quadro de violência que caracteriza o país atualmente resul-

ta “de nossa insensibilidade, de nosso egoísmo, que banaliza e glamoriza casos de violência”. Para o senador, “domina impávida a lógica do capital e suas prioridades, que nada têm a ver com as prioridades da sociedade”. Ele citou como exemplo o fato de, na execução orçamentária, o governo federal só ter liberado de 7% a 8% das dotações destinadas a despesas com construção e manutenção do sistema penitenciário.

Emilia pede realização de seminário para discutir as causas da violência

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) defendeu ontem a realização, no Senado, de um seminário para debater as causas da violência na juventude brasileira, proposta que já havia apresentado em 17 de maio passado. Segundo ela, a idéia “esbarrou na burocracia da Casa” e não teve prosseguimento. “O que, lamentavelmente, significa a perda de um espaço importante e urgente de debate sobre o assunto e de afirmação do compromisso do Senado para com a superação deste grave problema que aflige a vida nacional”, afirmou.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em aparte, disse que a proposta de Emilia Fernandes é justa e oportuna, mas que a Casa dispõe dos instrumentos necessários para promover este debate sem a necessidade de realizar um seminário específico. “A Comissão de Assuntos Sociais pode trazer quantos conferencistas sejam necessários. Até mesmo porque a violência, do ponto de vista teórico, já foi muito discutida. Agora, é preciso tomar medidas práticas. Se,

para cada problema grave do país, ficarmos fazendo seminários, deixaremos de legislar com a velocidade que o país espera”, observou.

Emilia ressaltou a importância de se trazerem conferencistas que conheçam o tema e estudantes para, através dos meios como a TV Senado e a Internet, realizar um seminário voltado para a sociedade e não para o público interno do Senado. Antonio Carlos sugeriu que os parlamentares se dispusessem a participar de conferências nas universidades e escolas para atingir um espectro maior, ao invés de trazer estudantes a um auditório do Senado.

Para a senadora, é preciso aprender com episódios como a recente rebelião da Febem e buscar soluções concretas para o problema. “O Brasil como um todo está mergulhado na violência que, aos poucos, parece pretender institucionalizar-se em crimes como o recente assassinato de Dorcelina de Oliveira Folador, prefeita de Mundo Novo, em Mato Grosso do



Emilia: é preciso aprender com episódios como a recente rebelião da Febem

Sul”, avaliou. Emilia acredita que a violência maior é a do atual modelo social, econômico e político:

— É a violência das taxas de juros, do crescimento zero, da falência das empresas, do desemprego e do arrocho salarial que inviabiliza o país, os municípios, as famílias, as pessoas, os jovens. A ausência de projetos, de perspectivas, de sonhos é a marca registrada dessa era neoliberal, promotora da desagregação, do desmonte, da desordem e da violência — disse a senadora.

Viana exige providências contra consumo de drogas em escolas de medicina

Ao comentar resultado de pesquisa realizada pela USP e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde foi constatado que até 20% dos alunos das 10 principais escolas médicas do estado de São Paulo consomem desde tranqüilizantes a cocaína, o senador Tião Viana (PT-AC) fez um apelo aos ministérios da Saúde, da Educação e da Justiça para que definam um grupo de estudos para estudar medidas para resolver o problema.

Segundo reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*, lida em plenário por Tião Viana, no estudo da USP, realizado em nove escolas médicas, foram ouvidos 3.300 alunos, dos quais 20% disseram ser usuários de cocaína, maconha, éter, anfetaminas ou tranqüilizantes. Já a pesquisa da Unifesp, abrangendo 547 estudantes da própria instituição, mostrou que 16% usam maconha, 18%, éter e benzina e 1%, cocaína.

Na opinião do senador pelo Acre, não se pode tratar o caso dos estudantes de medicina envolvidos com o consumo de



Viana defende expulsão sumária do curso de medicina

nar das escolas médicas para qualquer jovem que esteja envolvido com utilização de drogas no país. Não

se pode admitir que ele possa chegar à condição de concluinte do curso e não ter sido averiguado no seu equilíbrio psicossocial — defendeu Tião Viana.

O senador citou como exemplo de incompatibilidade entre a profissão e o uso de drogas a situação em que uma mãe grávida, na hora do trabalho do parto, necessitando do atendimento de um médico, termina sendo socorrida por um profissional sob efeito de cocaína.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) também externou sua perplexidade com os resultados apontados pela pesquisa. Ele manifestou sua surpresa ao constatar que estudantes de medicina têm pleno conhecimento dos riscos que as drogas causam.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — logo
7h30 — *Especial Unip* — Próstata
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — A senadora Maria do Carmo fala sobre transposição das águas do São Francisco
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cidadania* — O senador Luiz Estevão e o coordenador de atenção à saúde do idoso, Jorge Alexandre Silvestre, falam sobre proteção ao idoso
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após — Subcomissão do Idoso (ao vivo)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
Logo após — CPI do Judiciário (gravado)

Logo após — *Jornal do Senado*
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
10h — Comissão de Assuntos Econômicos
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Amorim protesta contra portaria que limita assentamentos rurais

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) protestou ontem contra portaria do Ministério da Política Fundiária proibindo assentamento de trabalhadores rurais em áreas que necessitem de corte raso em florestas primárias da Amazônia, limitando, assim, o programa de reforma agrária a áreas antropizadas, ou seja, já desmatadas anteriormente.

Para Amorim, a portaria ultrapassa o que determina a Lei da Reforma Agrária e também confronta medida provisória prevendo que a distribuição da atividade econômica seja feita conforme o zoneamento ecológico-econômico das várias regiões, respeitado o limite de 50% da cobertura florestal em cada propriedade, a título de reserva.

O senador por Rondônia alerta que, com essa portaria, o poder público ficará proibido de organizar a colonização e a ocupação econômica da região Norte. "O que fazer com as áreas de ocupação espontânea? Ignorar que o povo quer terra e invade, ocupa, derruba? Ao invés de re-



Ernandes Amorim acredita que iniciativa prejudicará Rondônia

gularizar e ordenar, simplesmente tapar os olhos ignorando a realidade?", perguntou Amorim.

Ele lembrou que em Rondônia já foram gastos milhões de reais no zoneamento agroecômico e ambiental do estado. "Mas, com essa portaria, o poder público não poderá mais conduzir a colonização nem mesmo nas áreas em que o zoneamento des-

tinou à agricultura ou à criação de gado. Trata-se de uma portaria esdrúxula, que vai prejudicar o estado e sua população", garantiu.

Como a portaria ainda precisa de regulamentação, o senador manifestou a esperança de que o bom senso prevaleça e o ministério decida modificar pontos para permitir a legalização de assentamentos já feitos em áreas virgens. "Nós, da região Norte, somente recebemos esse tipo de 'presente', e somos perseguidos em nosso desejo de nos desenvolver", indignou-se Ernandes Amorim.

Nabor Júnior elogia Tribunal do Acre por Projeto Cidadão

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) elogiou ontem os integrantes do Tribunal de Justiça do Acre, que, em parceria com órgãos não-governamentais, estão conduzindo o Projeto Cidadão, "uma verdadeira epopéia voltada para o atendimento às necessidades e aos direitos básicos das famílias".

Referindo-se ao ofício recebido do coordenador do projeto, ele destacou a necessidade de divulgar, em âmbito nacional, as atividades que têm dado certo no Acre, até porque são freqüentes as notícias negativas sobre o estado. Ele se disse preocupado com o destaque que seu estado vem merecendo na imprensa, e observou: "O Acre é muito mais do que isso".

Nabor Júnior reconheceu que o dever de transparência impõe a apuração definitiva de todas as denúncias, mas sustentou que é necessário "resguardar a reputação do bravo e digno povo acreano, que não pode ser vítima de generalizações calcadas na ignorância e na má-fé".

Sobre o Projeto Cidadão, disse que suas ações deverão se concentrar, neste fim de ano, nos municípios de Xapuri,



Nabor Júnior citou entre objetivos do programa distribuição de documentos

no Vale do Acre, e Cruzeiro do Sul e Marechal Thaumaturgo, no Vale do Juruá— as duas grandes regiões em que o estado se divide. A primeira etapa será cumprida, no período de 11 a 14 deste mês, na Reserva Extrativista do Alto Acre, devendo a segunda ocorrer entre os dias 26 a 29, na Reserva Extrativista Chico Mendes.

Conforme Nabor Júnior, em ambas as reservas, o principal objetivo será o resgate dos direitos de cidadania das respectivas comunidades, que serão atendidas recebendo documentos básicos, como certidão de nascimento, carteira de identidade, CPF, carteira de trabalho e título de eleitor. O senador disse que, para outros estados, isso pode parecer irrelevante, mas para o Acre é uma verdadeira façanha atender às necessidades elementares dos seus cidadãos.

Ele também informou que o Projeto Cidadão, que empregará cerca de 80 pessoas, ligadas a mais de 20 instituições públicas e privadas, tem um público-alvo estimado em 14 mil adultos, adolescentes e crianças. As duas reservas somam 8 mil famílias, com numerosos integrantes.

Cabral aponta descaso do governo com a Amazônia

Interferência de guerrilheiros do Peru e da Colômbia, lembra o senador, levou Forças Armadas a promover manobras na região

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) alertou ontem para "o descaso e a pouca importância" que o governo tem dado à Amazônia. Ele lembrou que seguidamente tem denunciado a interferência de guerrilheiros ligados ao tráfico de drogas nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas que, segundo disse, pertencem aos grupos Sendero Luminoso, do Peru, e Farc, da Colômbia.

As Forças Armadas brasileiras, para o senador, também estão preocupadas com o assunto, tendo tomado a iniciativa de promover, recentemente, manobras na fronteira do Brasil com a Colômbia, na região chamada "Cabeça do Cachorro", divulgadas na revista *Veja* dessa semana.

Cabral aplaudiu a decisão de vários órgãos da imprensa de alertar as autoridades e a população para os perigos que ameaçam a região. Ele citou reportagem publicada no início deste mês no jornal *A Tribuna da Imprensa*, em que o comandante militar da Amazônia, general Luiz Gonzaga Lessa, denuncia "o apetite estrangeiro pela Amazônia". O militar, disse Cabral, "advoga a imediata retomada e expansão do programa Calha Norte para garantir a soberania brasileira na região".



Cabral citou declarações de militares em defesa da retomada do programa Calha Norte

O jornal, segundo o senador, também publica entrevista com o almirante Roberto Gama e Silva, advertindo para a necessidade de implantação de núcleos de ocupação periférica na Amazônia, evitando vazios populacionais na fronteira. "Ele afirma ser possível ampliar a flotilha da Marinha, com a Receita Federal, o Ministério da Saúde e a Polícia Federal, para patrulhar e defender a região", disse.

Bernardo Cabral citou declarações desses militares criticando a dotação anual de recursos da ordem de R\$ 800 mil, previstos no Plano Pluri-

anual (PPA), para a revitalização do programa Calha Norte. "É ridícula essa cifra diante da necessidade de defesa da soberania na região, não em nome das Forças Armadas, mas da sociedade brasileira como um todo", protestou o senador.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que os muitos alertas da bancada da Amazônia sobre perigos à soberania nacional na região já estão merecendo uma manifestação oficial do governo. Ele disse ter informações do ministro da Defesa, Elcio Alvares, de que em seminário sobre a Amazônia, que se realizará em breve, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, divulgará "uma posição inédita" do governo para proteger a região.

Também em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) afirmou que a trama internacional de cobiça na Amazônia tem sede oficial na Suíça e "cabeça pensante em Londres, com participação até dos príncipes Philip e Charles". Para ele, o governo federal "é conivente, ou pelo menos omisso, com esse complô para se apossar do petróleo, madeira, minérios e biodiversidade da região".

Solução para seca é tema de debate na TV com Maria do Carmo Alves

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) discute no programa *Entrevista*, que a TV Senado exibe hoje, às 8h30, o projeto de transposição das águas do rio São Francisco, considerado por muitos a solução definitiva para o problema da seca no Nordeste. Desde o século passado, a proposta vem sendo discutida, mas as dificuldades técnicas levaram ao arquivamento da idéia. A senadora apresentou um requerimento solicitando a criação de uma comissão temporária no Senado Federal para discutir a viabilidade e o impacto da transposição.

— O que nós queríamos, de verdade, era retomar a discussão no âmbito do Parlamento. Nós temos a obrigação de saber e de ver de que forma será feito isso. Esperamos que seja realizado um estudo tecnicamente correto, de viabilidade econômica, e que mostre o impacto ambiental na região — afirmou.

Eduardo anuncia construção de universidade católica em Palmas

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) anunciou que foi lançada a pedra fundamental da Universidade Católica de Palmas, no Tocantins, em terreno doado pelo governo estadual. Segundo o senador, a iniciativa é "notícia alvissareira" para o estado, vez que todo o país conhece o elevado nível de ensino ministrado pelas universidades católicas federais, "renomados centros de pesquisas e estudos acadêmicos e de divulgação do saber".

Para o senador, a instalação de instituições privadas de ensino superior em Palmas "demonstra o enorme potencial, no campo da educação superior, que existe no estado e a necessidade premente de que o Tocantins passe a dispor, exatamente como as demais unidades da Federação, de sua universidade federal". Ele lembrou sua contínua luta para transformar a Unifins em Universidade Federal do Tocantins, e disse acreditar que este projeto está, agora, mais próximo da concretização.

— Com essa providência — associada à instalação das instituições universitárias particulares — o Tocantins



Eduardo Siqueira Campos lembrou luta pela transformação da Unifins em universidade federal

disporá de profissionais melhor qualificados, que contribuirão para que o país possa inserir-se no mercado internacional globalizado de nosso tempo — frisou.

Eduardo Siqueira Campos destacou ainda o esforço estadual para desenvolver a educação básica, juntamente com uma campanha promovida pelo governo para eliminar o analfabetismo até o final do próximo ano, "levando a cidadania a milhares de tocantinenses e ensinando a eles uma melhor qualidade de vida," disse.